



CELEBRAÇÃO

Três décadas e meia de história!

Um coquetel no último dia 30 de outubro, na sede da Comissão de Valores Mobiliários no Rio de Janeiro, encerrou o ciclo de comemorações pelo aniversário de 35 anos do SindCVM. Nos dias 16 e 23 do mesmo mês, Brasília e São Paulo, respectivamente, receberam confraternizações.



Além de celebrar a vida e a história do Sindicato, bem como comemorar o dia do servidor público, a agenda de eventos permitiu uma maior aproximação entre os colegas nas diferentes praças. Espaço também para dialogar sobre questões de interesse dos servidores ativos e aposentados da Autarquia.



Trajatória de sucesso

Nascido do anseio dos servidores da Comissão Valores Mobiliários por uma representação legítima e robusta, que remonta ao período anterior à

promulgação da Carta Magna de 1988, o SindCVM foi peça fundamental em avanços importantes ao longo destes 35 anos. Fatos que têm as marcas da determinação e do esforço de nossos afiliados, verdadeira essência do Sindicato, protagonistas de cada conquista e de cada passo dado em direção a uma CVM mais forte, eficiente e respeitada.

A concessão de subsídios para os Analistas, Inspetores e Agentes Executivos e os concursos públicos que trouxeram um reforço ao efetivo da Autarquia são alguns exemplos de vitórias alcançadas.

Mais do que rememorar êxitos, o marco dos 35 anos enseja reflexões sobre os desafios futuros. Recentemente, firmamos acordo com o governo federal que, dentre outros pontos, garantiu a recomposição remuneratória em 2025 e 2026 e a unificação das carreiras de nível superior da CVM. Contudo, precisamos avançar na agenda de valorização de nossas carreiras. A paridade remuneratória com carreiras congêneres, a nomenclatura de Auditor para o cargo unificado, o nível superior para os Agentes Executivos, a unidade gestora especial dos nossos aposentados e o financiamento pleno da assistência saúde aos servidores ativos e aposentados são apenas cinco dos desafios para o próximo período.

Temos certeza de que, com o apoio de cada filiado, manteremos a unidade e o compromisso que nos conduziram ao longo desta trajetória de lutas e conquistas. E o momento para unirmos novas forças é agora, tendo claro que participar é estar determinado a alcançar os objetivos que beneficiarão a todos. O Sindicato é uma instância democrática onde congregamos o nosso empenho, debatemos e articulamos a mobilização em prol das demandas que as instâncias decisórias insistem em nos negar.

Por isso, convidamos você, colega ainda não filiado, a se somar a esta frente de defesa dos servidores da Comissão de Valores Mobiliários.

Filie-se e seja mais um importante ator desta história. Confira [aqui](#) mais informações sobre filiação. Caso tenha dúvidas, fale conosco pelo e-mail contato@sindcvm.org.br, pelo WhatsApp (21) 97604-1826 ou pelo telefone (21) 2252-8892.

LISTA TRÍPLICE

Sindicato encaminha à Presidência da República indicações para a Diretoria da CVM

O SindCVM apresentou em outubro uma lista tríplice à Presidência da República com indicações para a vaga que será aberta no Colegiado da CVM

após o término do mandato do diretor Daniel Maeda, em 31 de dezembro. Os nomes de Fernando Soares Vieira, Carlos Guilherme de Paula Aguiar e Antonio Carlos Berwanger foram escolhidos pelos servidores da Casa, em votação eletrônica promovida pelo Sindicato.

Conforme argumentou o SindCVM no ofício encaminhado ao Planalto, com cópias para os titulares do Ministério da Fazenda, Fernando Haddad, e da Comissão de Valores Mobiliários, João Pedro do Nascimento, “a indicação de servidores de carreira para a diretoria da CVM atende à recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) no Acórdão 3252/2020, que sugeriu uma composição mais equilibrada do Colegiado”. A orientação da Corte de Contas visa “mitigar o viés pró-regulado que pode ocorrer, caso todos os diretores sejam provenientes de instituições reguladas pela CVM”.

O Sindicato ressaltou que a indicação de um servidor para o posto representa também medida de “valorização e reconhecimento” ao corpo funcional e um passo importante “para que as decisões do Colegiado da CVM contem com a opinião e o voto de quem possui a experiência na área técnica e que se assenta nos princípios da Administração Pública”.

Após a definição de um nome pelo governo, a indicação será remetida ao Senado Federal, onde o postulante passará por sabatina e apreciação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e posterior análise em plenário.

AGENDA PARLAMENTAR

Próxima semana terá foco em PL que tratará de reajuste e reestruturação de carreira

O SindCVM participará na próxima terça-feira, 12 de novembro, de audiência pública da Comissão de Administração e Serviço Público (CASP) da Câmara dos Deputados que fará uma avaliação das negociações salariais entre o governo e os servidores públicos.

Também no Parlamento, o Sindicato visitará gabinetes em busca de apoio às propostas dos servidores da CVM ao projeto de lei (PL) que tratará do reajuste remuneratório e da reestruturação de carreira, fruto da mesa específica com o Executivo. A ação ocorrerá em um momento estratégico, pois a expectativa é que o Congresso Nacional receba nas próximas semanas os PLs referentes aos acordos salariais firmados entre o governo e as carreiras do setor público, incluindo o que contempla o corpo funcional da Comissão de Valores Mobiliários.

Atenção ainda aos temas de interesse do conjunto do funcionalismo. O SindCVM se juntará a outras entidades em um esforço em prol da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2024, que prevê a extinção gradativa da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas, e do Projeto de Lei Complementar (PLP) 21/2023, que restabelece a contagem de tempo de serviço para direitos como a licença-prêmio durante o período de enfrentamento à Covid-19.

Na agenda em Brasília, também, reunião com o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (SINAL) para discutir estratégias de defesa das carreiras do Núcleo Financeiro do Estado no Legislativo e no Executivo.

Confira notícias nos próximos dias em nosso site (sindcvm.org.br).

PREVIDÊNCIA

Mobilização do Fonacate impede nova reforma em estados e municípios

O mês de outubro terminou com uma importante conquista para o conjunto do funcionalismo. No último dia 29, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados aprovou o parecer da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2023, removendo trecho que, na prática, imporá uma nova reforma previdenciária aos estados e municípios.

A vitória foi consolidada graças ao esforço das representações do serviço público, em especial do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (FONACATE) e da PÚBLICA – Central do Servidor.

“Esse é um típico caso de competência dos estados e municípios, e a proposta desconsidera gravemente as particularidades e necessidades de cada ente federado e a necessidade de ajustar ou não seu regime previdenciário ao federal”, destacou o relator da PEC, Darci de Matos (PSD/SC).

Além de intensificar o diálogo no Parlamento nas últimas semanas, o Fonacate emitiu, em 21 de outubro, uma nota pública alertando sobre os impactos da PEC 66/2023. “A inclusão do art. 40-A na Constituição afronta o pacto federativo e a autonomia dos estados e municípios, garantidos pela Constituição Federal, ao impor obrigações que desconsideram necessidades e peculiaridades locais”, afirmaram as entidades do Fórum no documento.

“A imposição indiscriminada de uma nova reforma, sem o diálogo necessário, é uma medida excessiva e sem justificativa”, ressaltou ainda a nota pública. O Fonacate e suas afiliadas permanecem acompanhando a tramitação da PEC no Legislativo.

Copyright © 2024 SindCVM.

Você pode [cancelar sua inscrição](#) .

